

FR.2022.0324

Belo Horizonte, 4 de março de 2022

À

CÂMARA TÉCNICA DE RECONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE INFRAESTRUTURA

C/C: ILMO. SRA. ANA LUIZA DE AGUIAR

SECRETARIA DE ESTADO DE MINAS GERAIS DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE E COORDENADORA
DA CÂMARA TÉCNICA DE INFRAESTRUTURA

Rodovia Papa João Paulo II, 4143 - 7º andar do Edifício Minas – Bairro Serra Verde -
Cidade Administrativa, Belo Horizonte/MG. CEP: 31630-900

À

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER E TURISMO– CT-ECLET

A/C: SRA. ANNA CLAUDIA TRISTÃO

COORDENADORA DA CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER E TURISMO

IEMA – Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

BR 262, KM 0 – Pátio de Porto Velho – Cariacica/ES. CEP: 29140-500

À

ARQUIDIOCESE DE MARIANA

A/C.: PADRE DARCI FERNANDES LEÃO

ECÔNOMO E PROCURADOR GERAL

Rua Direita, 102 – Centro, Mariana/MG. CEP 35.420-000

REF.: Esclarecimentos sobre o restauro da **Igreja de Nossa Senhora da Conceição** no distrito de Gesteira, em resposta ao **encaminhamento E.61.1** da 61ª Reunião Ordinária da CT-INFRA.

Prezados,

A **FUNDAÇÃO RENOVA (“FUNDAÇÃO”)**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 25.135.507/0001-83, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 671, 4º andar, no Município de Belo Horizonte/MG, CEP 30.112-021, vem, por seu representante abaixo assinado, esclarecer quanto ao processo de restauro

da **Igreja de Nossa Senhora da Conceição** ("IGREJA") no distrito de Gesteira, município de Barra Longa.

A IGREJA é um templo católico de propriedade da **Arquidiocese de Mariana** ("ARQUIDIOCESE") e corresponde a um bem inventariado pela Secretaria de Cultura de Barra Longa ("SECRETARIA DE CULTURA").

Em 18 de janeiro de 2022, a FUNDAÇÃO recebeu uma **Notificação da ARQUIDIOCESE** (DOC 01) a respeito da manutenção da referida IGREJA, alegando o descumprimento das obrigações da FUNDAÇÃO em relação à conservação e guarda do referido imóvel. Essa notificação informou ainda que, em 09 de janeiro de 2022, considerando o seu estado de conservação desde o rompimento da Barragem de Fundão e devido às fortes chuvas de janeiro de 2022, houve danos na estrutura frontal da IGREJA resultando na queda do sino e da cruz de ponteira, itens que foram recolhidos e guardados pela comunidade local. Diante dos fatos narrados, a ARQUIDIOCESE notificou a FUNDAÇÃO dada a sua responsabilidade quanto às ações de guarda e de conservação desse templo.

Em 21 de janeiro de 2022, a FUNDAÇÃO realizou uma vistoria preliminar no local para análise dos danos e para a definição das **ações emergenciais** a serem adotadas, ações que se encontram agora em andamento. Foi possível realizar a vistoria apenas nessa data, porque os acessos à IGREJA estavam bloqueados em decorrência das chuvas intensas na região.

Uma nova vistoria no imóvel foi agendada para o dia 09 de fevereiro de 2022. Contudo, por meio do **Ofício 014/2022** (DOC 02) de 02 de fevereiro de 2022, a Prefeitura Municipal de Barra Longa determinou a suspensão das atividades da FUNDAÇÃO em âmbito municipal até decisão posterior.

Diante desses fatos, a FUNDAÇÃO respondeu à ARQUIDIOCESE, por meio do ofício **SEQ38437/2022/GJU** (DOC 03) enviado em 14 de fevereiro de 2022, prestando de forma pormenorizada os esclarecimentos solicitados e informou as ações em curso para início das intervenções no menor tempo possível. Para iniciar o restauro, a FUNDAÇÃO solicitou a expressa aprovação do **Projeto de Restauro** ("PROJETO") à proprietária dos bens a serem restaurados/requalificados, nomeadamente a **Arquidiocese de Mariana**. Tais esclarecimentos são novamente apresentados no presente ofício e, nesta oportunidade, atualizamos as iniciativas em curso.

A. Processo de Restauro da Igreja

A restauração da IGREJA¹, que se insere no contexto das ações de reparações de bens materiais e imateriais impactados pelo rompimento da Barragem de Fundão, é de responsabilidade do **Programa de Preservação da Memória Histórica, Cultural e Artística** (PG012), programa orientado e acompanhado pela Câmara Técnica de Educação, Cultura, Lazer e Turismo (CT-ECLET).

Conforme solicitado pela Câmara Técnica Reconstrução e Recuperação de Infraestrutura (CT-INFRA) em sua 61ª Reunião Ordinária, apresentamos a seguir as etapas que devem ser observadas para execução de restauro em um bem tombado/inventariado e de propriedade da ARQUIDIOCESE.

1. Elaboração do **Projeto de Restauro** ("PROJETO"), incluindo projeto arquitetônico e complementares;
2. Aprovação do PROJETO pela ARQUIDIOCESE;
3. Aprovação do PROJETO pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG);
4. Aprovação do PROJETO pela Secretaria de Cultura de Barra Longa ou por seu Conselho Municipal do Patrimônio Cultural ("COMPAC");
5. Contratação de empresa para a execução do restauro;
6. Obtenção de licença de obra para início do restauro;
7. Execução das obras.

É importante lembrar que, nas etapas que correspondem à análise e aprovação dos órgãos responsáveis (ARQUIDIOCESE, IEPHA-MG e SECRETARIA DE CULTURA), ajustes ao PROJETO podem ser solicitados, de modo que a sua revisão é novamente submetida para aprovação desses órgãos.

¹ Além da Igreja de Nossa Senhora da Conceição em Gesteira, também fazem parte do escopo do Programa 12 o restauro da Igreja de Nossa Senhora das Mercês e das ruínas da Igreja de São Bento, ambas em Bento Rodrigues, e da Igreja de Santo Antônio, em Paracatu de Baixo.

Detalhamos, a seguir, o status das etapas acima mencionadas para a IGREJA em questão.

1) ELABORAÇÃO DO PROJETO DE RESTAURO

Após as ações emergenciais que sucederam ao rompimento da barragem e após a realização de *diagnóstico* nas estruturas da IGREJA, o primeiro passo foi a elaboração do **Projeto de Restauro**, que é composto de um conjunto robusto de documentos incluindo o projeto arquitetônico, projeto elétrico, projeto hidráulico entre outros. Apesar de ser um corpo documental, para fins de referência neste ofício, essa documentação será referida apenas como PROJETO.

O PROJETO para à **Igreja de Nossa Senhora da Conceição** foi elaborado no ano de 2017 pela Estilo Nacional.

2) APROVAÇÃO DO PROJETO PELA ARQUIDIOCESE

Em 2019, a Fundação Renova realizou a contratação de assessoria técnica independente, em atendimento à solicitação da Arquidiocese, e o PROJETO foi submetido à aprovação da Praxis Restaurart, para sua revisão e validação. O PROJETO foi reprovado, sendo solicitada a inclusão da reconstrução da *casa paroquial* em área contígua à IGREJA. Importa destacar que essa condição foi aceita pela FUNDAÇÃO e foi indicada a assessoria técnica da ARQUIDIOCESE para elaborar o PROJETO DE RESTAURO da casa paroquial.

A elaboração do PROJETO pela referida assessoria técnica não teve início, pois a ARQUIDIOCESE condicionou a elaboração/aprovação do PROJETO à definição, por parte da FUNDAÇÃO, do uso das áreas de origem. Todavia, essa definição extrapola as atribuições da FUNDAÇÃO, uma vez que compete aos órgãos públicos e demais envolvidos decidirem a destinação dessas áreas. Para tratar do tema da destinação das áreas de origem, o CIF deliberou uma diligência a ser realizada sob a coordenação da CT-ECLET e da CT-PDCS, conforme **Deliberação nº 547** (DOC 04).

Diante da necessidade de complementação do PROJETO da **Igreja de Nossa Senhora da Conceição** e da necessidade de sua aprovação pela ARQUIDIOCESE, não é possível prosseguir para as etapas subsequentes de aprovação pelo IEPHA e pela SECRETARIA DE CULTURA. Como atesta o **Ofício 004/001/DJA** (DOC 05), de 23 de

fevereiro de 2021, a ARQUIDIOCESE não aprovou e não autorizou o protocolo do PROJETO da Igreja de Nossa Senhora da Conceição em Gesteira junto ao IEPHA e ao COMPAC.

B. Áreas de Origem

Como esclarecido no ofício **SEQ38437/2022/GJU**, o Ministério Público Estadual, por meio da Promotoria de Mariana, determinou que a FUNDAÇÃO não possui autonomia necessária para a definição acerca da destinação das áreas de origem que foram impactadas, pois (i) a definição deve partir da comunidade atingida e do Poder Público e, (ii) porque se trata de área de *dam break*, com restrições de ocupação.

Nota-se que a questão da **destinação das áreas de origem** foi apresentada ao Comitê Interfederativo na 56ª Reunião Ordinária, de 22 de outubro de 2021, dada a impossibilidade de a FUNDAÇÃO construir o Memorial de Bento Rodrigues na área de origem sem o aval de órgãos técnicos e da escuta da comunidade.

Diante dessa questão e como mencionado anteriormente, o CIF determinou a realização de uma **diligência** para subsidiar o processo de revisão do Programa 12, solicitando que fosse assegurada a oitiva da comunidade com participação dos órgãos ambientais e governamentais (Deliberação nº 547, item 3). A coordenação das ações para cumprimento da diligência ficou a cargo da CT-ECLET e CT-PDCS, como especificou o referido item da Deliberação.

Oportunamente, a FUNDAÇÃO reitera uma vez mais sua disponibilidade e comprometimento para acompanhar as ações e providências propostas por essas Câmaras Técnicas para realizar tal iniciativa e considera que, nesse ensejo, insere-se também a definição da destinação das áreas de origem em Gesteira.

C. Restauro dos Bens Móveis

Após serem recolhidos e guardados pela comunidade e pelo pároco, o sino e a cruz de ponteira da torre da IGREJA foram encaminhados para a **Reserva Técnica** da FUNDAÇÃO.

Na Reserva Técnica, esses itens foram devidamente higienizados e acondicionados e serão objeto de projetos de restauro específicos, de acordo com os procedimentos já adotados para os itens presentes nessa reserva.

D. Manutenção e Ações Emergenciais

No aguardo das devidas aprovações para implementação do PROJETO DE RESTAURO, a FUNDAÇÃO realiza continuamente a manutenção na IGREJA, que se constitui em ações de capina, de reposição dos tapumes e vigilância.

Diante dos novos eventos, ou seja, dos danos sofridos na estrutura da IGREJA em decorrência das fortes chuvas de janeiro de 2022, novas ações emergenciais de contenção aos danos estão previstas em duas etapas.

A primeira etapa considera a remoção dos escombros e separação/classificação dos materiais. A segunda etapa, por sua vez, objetiva o escoramento e a preservação da estrutura impactada, sendo que tais ações serão detalhadas apenas após nova vistoria que definirá também os critérios de segurança para atuação no local. Essa vistoria está prevista para ocorrer nos próximos dias.

E. Considerações finais

Diante do tema discorrido, resta claro que a FUNDAÇÃO não pode iniciar o restauro da IGREJA de Gesteira sem a expressa autorização da proprietária do bem, ou seja, da ARQUIDIOCESE DE MARIANA. Vale lembrar que as etapas subsequentes de aprovação do PROJETO pelo IEPHA e pela SECRETARIA DE CULTURA devem ser seguidas.

No entanto, cumpre-se destacar que, na medida de suas possibilidades e autonomia, a FUNDAÇÃO busca adotar todas as medidas emergenciais necessárias à mitigação dos danos causados pelas chuvas de janeiro de 2022. Aguarda-se agora a concordância da ARQUIDIOCESE para que seja realizada a proposta de intervenção emergencial. Em função dos danos na estrutura frontal da IGREJA, causados pelas fortes chuvas, o PROJETO DE RESTAURO precisará ser atualizado e aprovado pela ARQUIDIOCESE, via sua assessoria, para a continuidade das demais etapas do processo de restauro.

Nota-se que, enquanto são esperadas as aprovações para o restauro, outros riscos se somam à situação que se encontra a IGREJA. Inicialmente, foram identificados os riscos de depredação e invasão e, recentemente, conforme os fatos narrados neste

ofício, constatamos o risco de desabamento² resultante das ações das fortes chuvas do início de 2022. Tais riscos imprimem maior urgência às decisões de aprovação da proposta emergencial já enviada à Arquidiocese e, posteriormente, à execução das obras.

Sendo o que cumpria para o momento, a FUNDAÇÃO se mantém à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários. Renovando nossos protestos de estima e consideração, subscrevemos a presente.

Atenciosamente,

DocuSigned by:
Maria Cristina Andrade Aires
E82BD91AEAA2441...

FUNDAÇÃO RENOVA

MARIA CRISTINA ANDRADE AIRES

COORDENADORA DO PROGRAMA DE
PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA HISTÓRICA, CULTURAL E ARTÍSTICA

² Uma nova análise de riscos foi realizada com o apoio da consultoria da UNESCO, indicando a necessidade de atualização dos riscos estruturais, intervenções pontuais e, para o caso da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Gesteira, o risco de desabamento.